



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 167/XII/3.ª SL

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2013, pelas 12:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 162, 163, 164 e 165;
2. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da Petição n.º 306/XII (3.ª), da iniciativa de Ana Clara Zaluar Nunes Basílio e Outros, que "Pretendem que o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian permaneça na rede de equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa"
Relator: Deputado do GP do PSD;
3. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da Petição n.º 308/XII (3.ª), da iniciativa da CGTP-IN, "Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma"
Relator: Deputado do GP do PS;
4. Apreciação e votação do parecer da 10.ª Comissão sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV), que "Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas"
Deputado autor do parecer: Jorge Machado (PCP);
5. Apreciação e votação do relatório sobre a COM (2013) 447 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO CONSELHO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Trabalhar juntos para os jovens europeus: Apelo à ação contra o desemprego dos jovens
Relatora: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);
6. Apreciação e votação do relatório sobre a COM (2013) 740 - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa a uma Cimeira Social Tripartida para o Crescimento e o Emprego
Relatora: Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);
7. Deliberação sobre o processo de designação do mecanismo previsto no n.º 2 do artigo 33.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência (CDPD) – cfr. *ofício do Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*;

8. Contributos para o plano de atividades da 3.^a sessão legislativa;

9. Deliberação sobre o escrutínio das seguintes iniciativas europeias não selecionadas:

- **COM(2013)770** - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que adapta, desde 1 de Julho de 2013, a taxa de contribuição para o regime de pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia. Esta iniciativa tem um documento de trabalho associado [SWD(2013)452];
- **COM(2013)771** - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que adapta, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2013, os coeficientes de correção aplicáveis às remunerações e às pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia. Esta iniciativa tem um documento de trabalho associado [SWD(2013)453];
- **COM(2013)772** - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que fixa os coeficientes de correção aplicáveis desde 1 de julho de 2013 às remunerações dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais da União Europeia cujo local de afetação seja um país terceiro;
- **COM(2013)803** - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros;

10. Deliberação sobre o escrutínio das seguintes iniciativas europeias selecionadas:

- **COM(2013)785** - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – UM MERCADO ÚNICO FAVORÁVEL AO CRESCIMENTO E AO EMPREGO: UMA ANÁLISE DOS PROGRESSOS REALIZADOS E DOS OBSTÁCULOS QUE SUBSISTEM NOS ESTADOS-MEMBROS - Contribuição para a Análise Anual do Crescimento em 2014;
- **COM(2013)800** - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Análise Anual do Crescimento para 2014. Esta iniciativa inclui um documento de trabalho associado [SWD(2013)800];
- **COM(2013)801** - PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO que acompanha a Comunicação da Comissão relativa à Análise Anual do Crescimento 2014
Deputado relator: GP do PS

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, iniciou os trabalhos pondo à votação as atas n.ºs 162 a 165, relativas às reuniões de 22, 27, 28 e 29 de novembro de 2013, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da ordem do dia, foi aprovada por unanimidade a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 306/XII (3.^a), da iniciativa de Ana Clara Zaluar Nunes Basílio e Outros, que "Pretendem que o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian permaneça na rede de equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa" e designada relatora da mesma a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD).

No terceiro ponto da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 308/XII (3.^a), da iniciativa da CGTP-IN, "Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma" e designada relatora da mesma a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV), que aprova a lei geral do trabalho em funções públicas, depois de o mesmo ter sido solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP). Começou por referir que a discussão pública daquela iniciativa legislativa, que foi agendada para o plenário do próximo dia 12 de dezembro, ainda não terminou, o que não é salutar, pelo que talvez importasse refletir sobre essa situação. Fez um conjunto de considerandos, referindo que aquela proposta de lei vai muito além da mera sistematização legislativa, porque introduz algumas matérias novas. Referiu que a mesma assenta em três ideias-chave: a primeira, a da dita convergência tendencial do regime de contrato de trabalho em funções públicas com o regime laboral comum; a segunda, o estabelecimento do contrato de trabalho em funções públicas como regime prioritário em detrimento da nomeação; a terceira, integrar e racionalizar recentes alterações legislativas que constam de um conjunto de diplomas.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) usou da palavra para reconhecer o trabalho do Deputado Jorge Machado e a exaustão com que desenvolveu no parecer elaborado algumas das matérias que constam da proposta de lei. Todavia, como para além das conclusões (parte III) também são votados os considerandos (parte I), indagou se o Deputado autor do parecer estava ou não disponível para retirar algumas considerações e opiniões pessoais, de modo a que o GP do PSD pudesse votar favoravelmente.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) explicou que se trata de um diploma muito vasto, que levanta um conjunto de questões muito pertinentes, relativamente às quais não é possível deixar de ter uma opinião. Considerou que é inevitável que o autor do parecer transmita a sua visão nos considerandos e disse não estar disponível para proceder a alterações.

Também o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) concordou com as objeções levantadas pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges e, depois de cumprimentar o Deputado autor do parecer pelo trabalho realizado, argumentou que os considerandos podiam ser mais objetivos e incluídas na parte II as respetivas opiniões pessoais, o que não aconteceu. A manter-se aquele parecer, informou que o GP do CDS-PP votará contra.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) lembrou que é inevitável, ao fazer-se a interpretação de uma iniciativa legislativa, partir de uma análise política da mesma. E concluiu que talvez esta situação mereça uma reflexão mais aprofundada por parte da

Comissão sobre se os pareceres sobre iniciativas legislativas devem ser acríticos e reproduzirem a nota técnica, que é elaborada pelos serviços.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) saudou o Deputado autor do parecer por considerar que o parecer produzido é muito interessante e com um importante conteúdo, até do ponto de vista jurídico. Disse mesmo que se trata de um excelente parecer com uma excelente argumentação jurídica. Ainda assim, do ponto de vista meramente formal, disse compreender a argumentação dos outros GP.

Submetidas à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV) rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

O Senhor Presidente questionou então se deveria ou não ser nomeado outro Deputado autor do parecer. O GP do PSD informou que assumia esse compromisso.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou de forma sucinta o relatório sobre a COM(2013)447, chamando a atenção para o facto de o objetivo daquela Comunicação da Comissão já não ter praticamente qualquer efeito prático por as recomendações nela previstas se destinarem a serem transmitidas ao Conselho Europeu de junho passado. Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

No sexto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o relatório sobre a COM(2013)740, salientando que a relevância da Cimeira Social Tripartida para o Crescimento e o Emprego é muito grande, pelo que foi em boa-hora que se acolheu o que de melhor existe quer na Estratégia de Lisboa quer na Estratégia 2020.

Interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para esclarecer o sentido de voto contra do GP do PCP, por discordar dos considerandos políticos produzidos.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) justificou a abstenção do GP do PS em virtude de o relatório conter algumas considerações políticas com as quais o GP do PS discorda.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, votos contra do PCP e a abstenção do PS.

No sétimo ponto da Ordem do Dia, interveio o Senhor Nuno Sá (PS) que começou por questionar se, por designação de um representante da Assembleia da República para

integrar o mecanismo previsto no n.º 2 do artigo 33.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), e de acordo com o ofício remetido pelo Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, se deveria entender a designação de um deputado ou de outra personalidade. Em todo o caso, estando em causa um deputado, informou que o GP do PS estava disponível para apresentar uma candidatura, a da Deputada Idália Serrão (PS), que recentemente teve responsabilidades governativas naquela área, não podendo, contudo, de deixar de respeitar a regra da maioria.

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) para dizer que o GP do PSD gostava de ponderar aquela questão com algum tempo, razão pela qual pediu o adiamento daquele ponto para a próxima reunião.

Em sentido idêntico, expressou-se o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que poderá ter lugar durante a sessão legislativa em curso, embora não esteja referenciada no plano de atividades em apreço, a realização de uma reunião bilateral com a comissão congénere do Parlamento Angolano, na sequência da visita realizada pela Presidente da Assembleia da República e de uma delegação parlamentar a Angola.

Foi igualmente abordada a possibilidade de realização de duas conferências, uma, sobre o tema genérico da deficiência, a outra, sobre o combate à pobreza e ao desemprego, que está frequentemente associado à pobreza.

Submetido à votação, foi o plano de atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa aprovado por unanimidade.

Passando aos pontos nove e dez da Ordem do Dia, pronunciou-se em primeiro lugar o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) no sentido do não escrutínio das iniciativas não selecionadas, eventualmente ressalvando a COM(2013)803 por se tratar de uma proposta de decisão do Conselho relativas às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros, e pelo escrutínio das iniciativas selecionadas.

Por seu lado, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) pronunciou-se pelo não escrutínio quer das iniciativas não selecionadas quer das selecionadas por, em síntese, não estarem em causa propostas de atos legislativos.

Embora aceitando a argumentação do Deputado Nuno Sá, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) questionou se a COM(2013)785, na medida em que se assume

como uma contribuição para a Análise Anual do Crescimento, deveria ter ou não idêntico tratamento.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente informou que a próxima reunião da Comissão seria agendada para dia 10 de dezembro, com início às 15 horas, com audições, ainda não confirmadas, de parceiros sociais.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas catorze horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 05 de dezembro de 2013

Folha de Presenças

(Ata n.º 167/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Nuno Sá
Otília Ferreira Gomes
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
António Cardoso
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Maria Conceição Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Miguel Laranjeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Pedro Roque

